

O que se espera da eficiência energética

O governo deve planejar a eficiência energética, conforme recomenda o WWF-Brasil. Uma das sugestões é o estabelecimento de padrões de eficiência mais rigorosos para equipamentos e processos industriais e de serviços.

Resultados esperados até 2020:

• geração de **8 milhões** de empregos

• economia de **R\$ 33 bilhões**

• estabilização da **emissão de carbono**



Fonte: WWF-Brasil

Como o Brasil pode deixar de ser o 4º maior poluidor do mundo?

Do total de gases causadores do efeito estufa, 62% advêm das queimadas, 16% do setor energético e 22% da agricultura, conforme Karen Suassuna, do Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil). Em audiência no Senado, ela e outros debatedores abordaram as estratégias necessárias para a produção sustentável de energia elétrica no país. **Página 7**

Congresso autoriza Executivo e Justiça a contratarem 9 mil

Senadores e deputados, reunidos em sessão do Congresso Nacional, aprovaram ontem a criação de 9.388 vagas para a contratação de servidores. Eles deverão atuar na área da Educação, no Supremo Tribunal Federal e no Conselho Nacional de Justiça. Também foram acolhidos pelo Congresso 33 projetos que abrem créditos suplementares de R\$ 4,3 bilhões a ministérios, tribunais superiores, Justiça Eleitoral, empresas e bancos estatais.

Página 3



Leopoldo Silva

Efraim Morais (D) apresenta parecer na reunião do Congresso que decidiu criar grupo de trabalho para aperfeiçoar Orçamento

Kátia sugere alternativas à receita da CPMF

Parecer de Kátia Abreu à Comissão de Justiça apontará fontes para cobrir a ausência da receita da CPMF, já que ela vai sugerir a rejeição da proposta que prorroga a contribuição. No Plenário, os senadores Eduardo Suplicy, Mão Santa, Valdir Raupp e Cristovam Buarque se manifestaram a respeito da CPMF. **Página 4**

Deve sair na quarta o parecer sobre representação

Jefferson Péres disse estar em condições de apresentar relatório sobre representação contra Renan Calheiros.

Página 5

Um terço das obras do Dnit pode ter irregularidades

Constatação do TCU foi apresentada à Comissão de Infra-Estrutura: 34% das obras do Dnit têm indícios de irregularidades. **Página 2**



J. Freitas

Marconi (2º à dir.) preside audiência da comissão com auditores do TCU

CPI do Futebol é arquivada por falta de assinaturas

A ausência de três assinaturas de deputados impediu que o Congresso criasse CPI destinada a investigar, em clubes de futebol, denúncias de evasão de divisas, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e crimes contra a ordem tributária. **Página 8**

Representante do Tribunal de Contas da União defende paralisação de obras irregulares do PAC, mesmo que a medida comprometa metas do governo

TCU vê indícios de irregularidades em 34% das obras na área do Dnit

Cerca de 34% das obras na esfera do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) apresentam indícios de irregularidades, contra uma média de 20% no conjunto dos projetos com recursos federais, segundo mostram dados do Tribunal de Contas da União (TCU). A informação foi prestada ontem por representantes do TCU em audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sobre as irregularidades apontadas no relatório e pareceres do tribunal referentes às contas do governo no exercício de 2006, já encaminhados ao Congresso.

O titular da Secretaria de Obras e Fiscalização (Secof) do órgão de controle externo, André Kresh, afirmou que as irregularidades em obras do Dnit têm persistido ao longo dos anos. Em resposta ao senador Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da CI, ele opinou que a falta de estrutura e a carência de pessoal qualificado podem estar comprometendo a atuação do Dnit. Kresh considera necessário paralisar as obras ligadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), quando irregulares, mesmo que essa medida possa comprometer as metas fixadas pelo governo.

Claudio Sariam Autonom, assessor parlamentar do TCU, chamou a atenção para o peso dos gastos na área de energia no conjunto dos gastos federais. Observou que, em apenas 38 fiscalizações este ano, foram verificadas as aplicações em pro-



Marconi Perillo, entre Claudio Autonom e Marcelo Souza, dirige audiência pública da CI

jetos no valor global de R\$ 23,9 milhões. Na área de transportes, com quatro vezes mais ações de fiscalização (138), as análises só alcançaram projetos que, somados, envolvem dotações limitadas a R\$ 5,6 milhões.

ONGs

O titular da Secretaria de Macroavaliação Governamental, Marcelo Luiz Souza e Eira, informou que os repasses de recursos a prefeituras e organizações não-governamentais (ONGs) preocupam o tribunal, que tem buscado ampliar a fiscalização. Segundo ele, decreto baixado pelo governo com regras para as transferências podem trazer avanços, no caso das prefeituras. Mas lamentou o fato de os procedimentos não terem alcance sobre os convênios com as ONGs – cujos repasses teriam subido de R\$ 1,8 bilhão, em 2003, para R\$ 2,8 bilhões, no último exercício.

Ao apresentar uma síntese do relatório e pareceres do TCU sobre as contas do governo em 2006, relatadas pelo ministro

Ubiratan Aguiar, Marcelo Eira destacou restrições ao procedimento habitual na esfera do Executivo de atrasar a execução das dotações orçamentárias, em grande parte inscritas como restos a pagar, para efetiva realização e liquidação das despesas no exercício seguinte.

– Há um orçamento paralelo, para execução simultânea com as despesas aprovadas para o exercício – comentou.

Pregão

Os representantes do TCU foram unânimes na defesa do pregão – que inclui modalidade eletrônica – como instrumento de compras de bens e serviços pelo setor público. Cláudio Altounian criticou as alterações feitas pela Comissão de Assuntos Econômicos no projeto para eliminar a possibilidade de inversão de fases em licitações para obras.

– Neste momento, é muito importante garantir essa prerrogativa [a inversão] ao gestor. É um voto de confiança em sua capacidade de decidir.

Comissão pede dados sobre a fiscalização de aeronaves

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem requerimento solicitando à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) informações abrangentes sobre o sistema de fiscalização de aeronaves, das companhias aéreas, dos serviços de orientação de voo e de manutenção de aparelhos. Outro requerimento acolhido pelo colegiado objetiva a realização de audiência para debater a gestão dos recursos humanos das agências, com foco no redesenho das carreiras e melhoria da remuneração.

O pedido de informações à Anac foi formulado pelo presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO). Logo que abriu a reunião, ele criticou a redução de verbas para o setor de fiscalização da agência no orçamento deste ano.

De acordo com o senador, o corte afeta a inspeção de aeronaves, com redução de recursos de R\$ 17,2 milhões, em 2006, para R\$ 9,3 milhões este ano. Observou ainda que a restrição dos gastos atinge sobretudo a fiscalização da aviação comercial, que hoje conta com apenas 210 fiscais para acompanhar 11,3 mil aviões.

– Nesse contexto, ganham sentido as notícias de que corremos

sérios riscos de novos acidentes aéreos, porque a Anac não tem cumprido o papel a que se destina – disse o senador.

Audiência

O segundo requerimento foi proposto pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), que preside a Subcomissão de Marcos Regulatórios, integrada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). No texto, ele esclarece que atuam no país dez agências reguladoras federais, todas com diversos problemas na gestão dos recursos humanos. Delcídio afirmou que a lei criada para regular especificamente as carreiras das agências é ineficaz, pois não valoriza os quadros admitidos e, em consequência, não impede a contínua evasão dos concursados – em mais de 40% em algumas agências.

Para debater o tema, serão convidados Luiz Alberto dos Santos, representante da Casa Civil da Presidência da República; Duvalnier Paiva Ferreira, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; os presidentes do Sindicato dos Servidores das Agências Reguladoras, João Maria Medeiros de Oliveira; e da Associação Brasileira das Agências Reguladoras, Álvaro Machado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Discurso e avisos

A sessão, marcada para as 9h de hoje, é não-deliberativa. Sem votação de projetos, a sessão se destina a pronunciamentos de senadores e avisos da Mesa diretora e das lideranças.

Povo indígena charrua

A partir das 9h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza diligência e reunião em Porto Alegre, com a finalidade de discutir as condições de vida do povo indígena charrua.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Gerson Camata, César Borges, Jayme Campos, Inácio Arruda e Mão Santa

Congresso Nacional acolhe créditos suplementares de R\$ 4,3 bilhões para ministérios, tribunais superiores, Justiça Eleitoral, bancos e empresas estatais

Mão Santa pede exame de vetos

Em discurso na sessão conjunta do Congresso, o senador Mão Santa (PMDB-PI) solicitou ontem aos parlamentares que se reúnam para votar os mais de 600 vetos presidenciais a projetos aprovados pelos senadores e deputados.

Mão Santa destacou duas matérias que, segundo ele, são da maior importância. Uma delas trata do aumento de 16% dos benefícios dos aposentados – o governo só concedeu 4%, lembrou o senador – e a outra propõe a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Flexa Ribeiro quer promessa cumprida

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou da líder do governo no Congresso, Roseana Sarney (PMDB-MA), compromisso assumido há cerca de dois meses por ela e pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, de convocar uma sessão do Congresso para apreciar os vetos presidenciais que tratam da criação da Sudam e da Sudene. Flexa Ribeiro assinalou que mais de 600 vetos presidenciais aguardam para ser apreciados e que o governo mais uma vez não cumpriu o que prometeu.

A senadora Roseana Sarney confirmou o entendimento com o ministro.

Crise no Paquistão preocupa Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) expressou apoio ao deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que manifestou preocupação com a democracia, a liberdade e os direitos humanos no Paquistão, em discurso durante sessão para votação de créditos orçamentários.

– Ali, no Paquistão, está havendo um exemplo daquilo que muitas vezes acontece quando os que estão no poder, de toda maneira, insistem em permanecer no poder, sem que haja o respeito às normas democráticas – disse Suplicy.



Fotos: Jane Araújo

Em sessão conjunta, senadores e deputados autorizam abertura de vagas no serviço público: educação será beneficiada com 9 mil

Aprovada criação de 9.388 vagas para contratação de funcionários

Senadores e deputados reunidos ontem em sessão do Congresso Nacional aprovaram uma alteração na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007 a fim de permitir a criação de 9.388 vagas para a contratação de funcionários para a área de educação, para o Supremo Tribunal Federal (STF) e para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A maior parte das vagas – 9 mil – será destinada à área de educação, sendo que, deste total, 7.800 serão preenchidas por meio de concurso público e outras 1.200 serão reservadas a cargos comissionados. Já para o STF, foram autorizadas 262 vagas e para o CNJ, outras 126, todas a serem preenchidas por meio de concurso público.

Créditos

O Congresso também aprovou ontem 33 projetos de lei do Congresso (PLNs) que abrem créditos suplementares a ministérios, tribunais superiores, Justiça Eleitoral, empresas e bancos estatais no valor de R\$ 4,3 bilhões.

Desse total, a maior parcela, R\$ 1,9 bilhão, será destinada ao Ministério do Trabalho e Emprego para pagar benefícios relativos ao seguro-desemprego, abono salarial e atualização monetária dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Outro projeto de repercussão econômico-social, o PLN 25, abre ao Orçamento da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 200 milhões para

reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Uma parcela de R\$ 100 milhões será destinada a atender as despesas de custeio e investimento necessárias à ampliação da prestação de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares. Os R\$ 100 milhões restantes destinam-se à aquisição de produtos da agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos ou à revenda aos centros consumidores.

Foi ainda aprovado o PLN 51/07, que abre recursos suplementares em favor dos ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e do Turismo.

Grupo de trabalho buscará meios de aperfeiçoar modelo do Orçamento

O Plenário do Congresso Nacional aprovou ontem a constituição de um grupo de trabalho composto por deputados e senadores com o objetivo de acompanhar e avaliar os desdobramentos da Resolução 1/07, que fixa diretrizes para a elaboração do Orçamento Geral da União (OGU).

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) será o presidente do grupo, que terá sua primeira reunião na próxima terça-feira, às 14h, na sala da Vice-Presidência da Câmara dos Deputados.

Em discurso após a constituição do grupo de trabalho, Heráclito afirmou que o objetivo será discutir ajustes e correções ao

Orçamento Geral da União, para melhorar o modelo orçamentário brasileiro.

– Não é possível que regiões menos favorecidas sejam prejudicadas pelo texto atual. Queremos um texto mais justo – explicou Heráclito.

Orçamento

Ao discursar ontem em Plenário, Heráclito Fortes chamou atenção para dispositivos da Resolução 1/06-CN, que dispõe sobre as regras de funcionamento da Comissão Mista de Orçamento. Na opinião do senador, a resolução apresenta “impropriedades”, como a impossibilidade das emendas de bancada atenderem a mais de



Heráclito Fortes quer evitar prejuízos a regiões menos favorecidas

um objeto de obras. Heráclito exemplificou dizendo que, em uma hipotética emenda de R\$ 20 milhões, a bancada fica obrigada a construir apenas uma obra (uma escola, por exemplo) de R\$ 20 milhões, não sendo permitido destinar os recursos para a construção de três, quatro ou cinco escolas de valores menores.

Camata cobra punição para diretores da BRA

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) cobrou a adoção de medidas duras contra os diretores da BRA Transportes Aéreos, que na última terça-feira pediram à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) a suspensão de todos os vôos domésticos e internacionais da companhia. Ele defendeu a prisão dos dirigentes da empresa e sugeriu a possibilidade de pessoas ligadas à Anac estarem envolvidas no caso.

– Os diretores da BRA estão roubando, em crime continuado, 60 mil brasileiros em flagrante. Enquanto o Brasil e o mundo assistem, eles estão soltos. Também seqüestraram 400 brasileiros, levaram para fora do país e abandonaram lá no exterior. É um crime de seqüestro flagrante. O Congresso deve pedir à polícia que prenda essa gente, esses ladrões, esses seqüestradores.

Sobre a possibilidade de envolvimento de pessoas ligadas à Anac, Camata lembrou que comandantes da BRA já tinham comunicado que estavam sendo forçados a esconder que aviões da empresa vinham apresentando problemas, sem que a agência adotasse qualquer atitude. Ele também criticou as CPIs sobre o Apagão Aéreo, que foram concluídas absolvendo “os ladrões da Infraero”.

Criada comissão representativa do Congresso no Fipa

O projeto de resolução que cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (Fipa) foi aprovado ontem pelo Congresso.

Ao apresentar parecer favorável à matéria (PRN 6/07), o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) informou que a comissão, de caráter permanente, será composta por dez deputados e igual número de senadores.

– Essa comissão é uma forma de a Câmara e o Senado contribuírem para o Fipa. Há méritos que todos reconhecemos nesse projeto de autoria do deputado Luiz Carlos Hauly – afirmou Alvaro Dias, ao referir-se ao parlamentar pelo PSDB do Paraná, representante do Congresso Nacional no Fipa, que tem sede em Bogotá.

Relatora diz que LDO aponta fontes para cobrir fim da CPMF

O parecer que Kátia Abreu (DEM-TO) apresentará na Comissão de Justiça, na segunda-feira, sobre a proposta de emenda à Constituição que prorroga até dezembro de 2011 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) recomendará a rejeição da matéria e apontará as fontes para cobrir a arrecadação do tributo. É o que informou a própria senadora, relatora da PEC 89/07. “O artigo 100 da LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] 2008 demonstra qual o caminho que o governo deve adotar no caso de faltar arrecadação. É aí que vamos nos con-

centrar. Precisamos lembrar ao governo que ele próprio nos enviou esse artigo, e é baseado nele que ele terá que encontrar as fontes para cobrir a CPMF”.

Kátia Abreu citou dados que apontam para um aumento de R\$ 70 bilhões na arrecadação entre 2000 e 2006. No entanto, os gastos públicos, segundo ela, também não param de crescer.

– Se a gastança pública continuar aumentando desse jeito, nós nunca iremos conseguir abaixar os impostos. Tenho certeza de que a CPMF, apesar de ser uma alíquota pequena e de ser apenas um dos 65 tributos que nós pagamos neste país,

vai ser a principal arma para obrigar o governo a fazer a reforma tributária que o Brasil tanto precisa e espera – observou.

A senadora se disse otimista quanto ao clima que encontrará na terça-feira, quando o documento deve ser posto em votação. Ela afirmou encarar com naturalidade a possibilidade de o governo apresentar um voto em separado.

– Os senadores não perderão essa oportunidade de fazer o país avançar para uma economia de mercado aberto, reduzir a carga tributária, aumentar o PIB [produto interno bruto]. Estou pronta para lutar – afirmou.

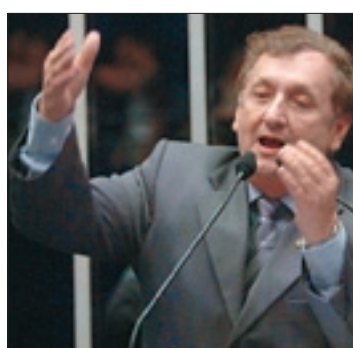
Kátia Abreu



Eduardo Suplicy



Mão Santa



Valdir Raupp



Cristovam Buarque



“Repasse de impostos aos estados não deixará de ocorrer”

Na interpretação de Kátia Abreu, o governo está coagindo deputados, senadores e governadores ao afirmar que os repasses de recursos de impostos para os estados não vão mais ocorrer com o fim da CPMF. De acordo com dados do Ministério da Fazenda, disse a senadora, os estados receberam do governo federal, entre janeiro e setembro deste ano, cerca de R\$ 15 bilhões oriundos de repasses de recursos da contribuição. Segundo Kátia Abreu, tais repasses são garantidos pela Constituição. Ela explicou que os recursos dos mais de 60 impostos, taxas e contribuições arrecadados pelo governo federal vão todos para o mesmo caixa (o Tesouro Nacional), incluídos aí os recursos da CPMF.

– Eu quero pedir ao senhor ministro da Fazenda que não faça isso com o povo brasileiro. O senhor é um ministro de Estado. Isso aqui são recursos obrigatórios, vinculados, garantidos pela Constituição federal. Isso aqui é dinheiro do SUS [Sistema Único de Saúde]. Isso aqui é o dinheiro da PEC 29 – afirmou.

Em aparte, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) elogiou o pronunciamento e disse também ser contrário à prorrogação da CPMF.

Contribuição deve ser prorrogada, mas com alíquota menor

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que considera positiva a existência da CPMF, mas defende uma redução em sua alíquota. De acordo com o senador, o tributo ajuda a financiar a saúde, a previdência e o fundo de combate à pobreza, beneficiando, assim, a população mais carente.

Suplicy fez um apelo à senadora Kátia Abreu, para que leve em conta em seu relatório sobre a PEC da CPMF as considerações do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann. Suplicy leu em Plenário artigo de Pochmann no qual o economista considera oportuno – “em vez de discutir o fim da CPMF, que só contribui com 4% da carga tributária bruta do país” –, avaliar a escassez de tributos sobre riqueza e herança. O presidente do Ipea faz ainda uma análise sobre a Desvinculação de Receitas da União (DRU) que, segundo ele, desloca para outros setores receitas que deveriam ser aplicadas na área social.

O senador disse ainda que, se houver tempo para estender a discussão sobre a CPMF no Senado, pretende convidar não só Pochmann, mas outros economistas favoráveis à contribuição, para debaterem o assunto na Casa.

Críticas ao PMDB por fechar questão a favor do tributo

A determinação do PMDB de fechar questão pela aprovação da PEC que prorroga a cobrança da CPMF até dezembro de 2011 foi criticada por Mão Santa (PMDB-PI). A decisão foi tomada em reunião da bancada do partido, na quarta-feira. O senador apontou contradição entre o caráter provisório da contribuição e a “vigência permanente” do tributo.

– Eu já votei nessa CPMF em 2003. É igual à Copa do Mundo, de quatro em quatro anos, o campeonato da malandragem, da safadeza, da traquinagem – disse.

O senador classificou como mentirosa a alegação de que o dinheiro da CPMF seja aplicado em saúde, “tendo em vista a existência de grandes filas nos hospitais públicos, a ocorrência de óbitos por conta do atendimento precário, a carência de assistência e de novos hospitais no país”.

Mão Santa também lamentou a ocorrência atual de casos de doenças que já haviam sido controladas no país, como malária e tuberculose, e elogiou a relatora da PEC 89/2007, Kátia Abreu, porque a senadora se manifestou favoravelmente à extinção do tributo.

– Mulher é verdadeira, é mais corajosa, é mais decente – disse.

Líder diz que partido quer redução da carga tributária

O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), destacou que seu partido apóia a aprovação da PEC sobre a prorrogação da CPMF, “desde que o governo Lula assuma o compromisso de adotar medidas para reduzir a carga tributária, como a isenção da contribuição para quem ganha até R\$ 4.340 por mês”. Outras condições do PMDB são que o governo não tente compensar a manutenção do tributo com a desoneração do Imposto de Renda, “o que acarretaria perdas de receita a estados e municípios”, e concorde com a redução da alíquota já em 2008.

De acordo com Raupp, parte dessas iniciativas está contemplada em três propostas de sua autoria. Enquanto os PLSs 274 e 579, ambos de 2007, ampliam a faixa de isenção da CPMF, a PEC 48/07 defende a redução gradual da alíquota dos atuais 0,38% para 0,08% até 2015, tornando permanente o percentual que vai para o Fundo de Combate à Pobreza.

O senador também apontou a evolução dos gastos públicos em saúde e benefícios assistenciais da previdência.

– A saúde deve investir, em 2008, mais do que a arrecadação projetada da CPMF para o período, que é de R\$ 40 bilhões.

Governo Lula deve tratar da DRU em projeto separado

Apesar de o PDT no Senado ter se manifestado a favor da manutenção da CPMF, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que só irá votar pela aprovação da PEC que prorroga a vigência do tributo se o governo federal excluir da proposta dispositivo que também prorroga a Desvinculação de Recursos da União (DRU).

Conforme o senador, a DRU vem tirando recursos da educação desde que foi criada, há 12 anos, por reduzir a base de cálculo do repasse obrigatório para o setor. Com a vigência da desvinculação em 2008, ele estima que as perdas superariam R\$ 7 bilhões.

– O governo Lula tem aumentado o orçamento da educação, mas muito abaixo do necessário, e tem tirado recursos por outro lado. Os R\$ 3 bilhões do Fundeb [Fundo da Educação Básica] não são dinheiro novo, mas uma compensação pela perda decorrente da DRU – comentou.

Cristovam diz que, se não houvesse a desvinculação, os recursos para a educação chegariam a R\$ 22,6 bilhões em 2008. Já com a renovação do tributo, esse repasse cairia para R\$ 15,1 bilhões. Ele sugere que a DRU seja tratada exclusivamente em um projeto de lei.

Vai ao exame do Plenário a indicação de três embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem por ampla maioria, pareceres favoráveis a três mensagens presidenciais que indicam nomes de diplomatas de carreira para exercerem o cargo de embaixador do Brasil. As proposições seguem para exame do Plenário.

A primeira indicação aprovada foi a do nome do ministro de primeira classe Carlos Augusto Rego Santos Neves para preencher o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

O relator da mensagem, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), classificou de “excelente” a indicação, pela carreira brilhante que o indicado teve no Itamaraty.

Conforme informações do Itamaraty, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte representa um dos grandes parceiros comerciais do Brasil. Em 2006, o fluxo comercial bilateral foi de US\$ 4,2 bilhões.

– Ampliar o comércio e os investimentos será uma das prioridades do meu trabalho – afirmou o diplomata.

Suriname

Outra indicação que teve parecer favorável da CRE foi a do ministro de segunda classe José Luiz

Machado e Costa para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Suriname. De acordo com o senador Marco Maciel (DEM-PE), relator da mensagem, Machado tem grande experiência no Itamaraty e no Ministério da Defesa.

O diplomata destacou que a integração entre os dois países somente será possível mediante a construção do chamando Arco Norte – interconexão rodoviária que ligará Macapá a Boa Vista, passando por Caiena (Guiana Francesa), Paramaribo (Suriname) e Georgetown (Guiana). Ele disse que esse complexo de rodovias será muito importante para combater o narcotráfico e outros ilícitos que têm prosperado na região.

A terceira mensagem presidencial que teve parecer favorável indica o ministro de segunda classe Antonio José Maria de Souza e Silva para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto a Moçambique e, cumulativamente, junto ao Reino de Suazilândia e às Repúblicas de Seicheles e de Madagascar.

O diplomata ressaltou que, em cinco anos, o comércio do Brasil com os países africanos triplicou, atingindo US\$ 5 bilhões por ano.

Senador está concluindo documento sobre representação movida por PSDB e DEM a propósito de suposta sociedade secreta com o usineiro João Lyra

Jefferson pode apresentar na quarta o relatório sobre Renan



Jefferson ouviu duas testemunhas e baseou-se em depoimento de usineiro

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse ontem que já tem condições de apresentar na próxima quarta-feira seu relatório sobre a terceira representação contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) – a que trata de suposta sociedade secreta entre Renan e o usineiro João Lyra em duas rádios e um jornal.

Jefferson ressaltou que só não fará a leitura do seu parecer no dia 14 se o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), preferir marcar a reunião do colegiado para o dia 20. A assessoria de Quintanilha disse, por sua vez, que a data da leitura será a que Jefferson escolher, o que aponta para o dia 14 como mais provável para a apresentação do relatório da representação movida pelo PSDB e o DEM com base em denúncia de Lyra à revista *Veja*.

Jane Araújo

uma das empresas da suposta sociedade secreta.

No dia 13 pela manhã será ouvido o governador de Alagoas e aliado político de Renan, Teotônio Vilela Filho (PSDB). Outros três depoimentos poderão ser colhidos: o do empresário Nazário Pimentel, que teria vendido o grupo de comunicação a Renan e Lyra; o de Carlos Santa Rita, funcionário do gabinete de Renan; e de Sérgio Ferreira, residente em Aracaju, que se apresentou a Jefferson como conhecedor das operações do usineiro.

Os três depoimentos ainda não têm data marcada. Já o empresário José Queiroz de Oliveira informou que não deporá. O relator continua aguardando as respostas ao questionário que enviou ao empresário e primo de Renan, Ildelfonso Tito Uchoa, acusado por Lyra de ser um dos testas-de-ferro da suposta sociedade.

O relator frisou que se beneficiou em boa parte do depoimento prestado por Lyra ao corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), tendo ouvido depois mais duas testemunhas: o juiz federal Marcelo Tadeu de Oliveira, que acusa Lyra de ser autor intelectual de um assassinato, e o economista José Amilton Barbosa dos Santos, contador de *O Jornal*,

Mozarildo elogia campanha da Maçonaria contra a corrupção

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou a campanha que a Maçonaria vai levar a efeito em todo o país com o objetivo de combater a corrupção. Uma cartilha de sete pontos procurará conscientizar os eleitores, especialmente os maçons, da importância de não eleger candidatos corruptos.

– A Maçonaria é discreta, mas não é omissa – definiu Mozarildo, ele próprio um maçom.

Segundo o senador, a cartilha teve origem na seção paulista da Maçonaria chamada Grande

Oriente do São Paulo, mas será divulgada nacionalmente. Entre os “mandamentos” inclui-se a exigência de que os maçons investidos em funções públicas tenham um comportamento ainda mais austero e compatível com a filosofia maçônica.

A cartilha recomenda aos membros da sociedade que tomem posições firmes nas eleições e orientem outros maçons, além de promover debates entre os candidatos. Os maçons serão convocados a desenvolver um cadastro de



Mozarildo: cartilha recomenda aos maçons que tomem posições firmes

restrição onde constem os nomes de pessoas envolvidas com práticas de corrupção e improbidade administrativa, mantendo-as afastadas da Maçonaria e do serviço público, sempre que possível.

Leopoldo Silva



Heráclito Fortes (2º à dir.), presidente da CRE, na reunião com diplomatas indicados

Aprovados debates sobre mudanças climáticas e reserva indígena

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a realização de audiência pública, na próxima terça-feira, a partir das 14h, para ouvir o coordenador do Grupo de Trabalho 3 do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), professor Matthias Dutschke. A sugestão foi do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

A comissão aprovou, também, requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) para

realização de uma audiência pública com a finalidade de debater os problemas relativos à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Entre os convidados sugeridos, estão os ministros da Justiça, Tarso Genro, da Defesa, Nelson Jobim, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, além do governador de Roraima, Ottonar Pinto, e de alguns deputados estaduais. A audiência pública ainda não tem data marcada para ser realizada.

Wellington contesta críticas da oposição

Depois de lamentar que os correligionários do presidente Lula assumam uma espécie de “vitória envergonhada” ao não defenderem o governo federal dos ataques da oposição, Wellington Salgado (PMDB-MG) analisou uma série de assuntos que são utilizados como críticas ao governo.

O Orçamento foi o primeiro



Wellington lamenta que governistas assumam “vitória envergonhada”

tema. Wellington Salgado disse que analistas classificam como ineficiência o fato de o governo estar utilizando suas receitas adicionais para aumentar o gas-

Leopoldo Silva

to corrente. O senador afirmou que o aumento do gasto foi concentrado nas transferências de renda às famílias. Ou seja: o aumento da arrecadação “foi devolvido à sociedade na forma de transferência de renda, como o programa Bolsa Família”.

O senador também analisou o que seriam fatos e versões a respeito dos gastos do governo federal com pessoal. Ele concordou que nos últimos anos houve um aumento no número de funcionários públicos, mas rechaçou que tenha havido um “inchaço” na administração.



Inácio Arruda diz que tema é relevante no atual contexto do continente americano

Inácio Arruda destaca importância de estudos sobre defesa e segurança

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou ser importante para o Brasil o incentivo e o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre as Forças Armadas, defesa e segurança nacionais. Ele registrou a recente realização do primeiro encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Abed) e defendeu a discussão do tema por toda a

sociedade brasileira.

– A defesa e a segurança são aspectos relevantes e complexos na atual realidade do continente americano – disse o senador, que pediu às autoridades brasileiras mais atenção à questão.

Inácio Arruda solicitou especial empenho dos ministérios da Defesa, da Educação e da Ciência e Tecnologia, bem como

do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

– Que se debrucem sobre esse tema e dêem todo o apoio possível não apenas no sentido de se equipar mais as Forças Armadas,

de que tenham mais munições. É preciso haver mais inteligência. É preciso que estejamos mais capacitados – avaliou.

A Capes, exemplificou o senador, já realiza o programa Pró-Defesa, em parceria com o Ministério da Defesa, que incentiva os grupos de pesquisadores com bolsas de estudo de pesquisa e pós-graduação.

Valter Pereira comemora anúncio de novo campo de petróleo no país

Senador afirma que jazida descoberta pode aumentar em até 8 bilhões de barris as reservas brasileiras, atualmente estimadas em 13 bilhões

O anúncio da descoberta na bacia de Santos do maior campo de petróleo e gás brasileiro foi comemorado ontem pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS), que ressaltou “a coincidência com o momento em que o Brasil se rende às pressões e chantagens de países que detêm grandes reservas e comercializam o produto”.

O parlamentar disse que, hoje, a Petrobras possui reservas de 13 bilhões de barris de petróleo e o novo campo pode aumentar entre 5 a 8 bilhões de barris as reservas nacionais. Ele explicou que o petróleo agora descoberto está a seis quilômetros de profundidade, somadas as lâminas de água e a de terra, e os custos de exploração



Valter Pereira: custos de exploração serão altos, dada a grande profundidade

serão altos.

– Hoje temos que reverenciar a memória do escritor Monteiro Lobato, que alertou para o futuro

promissor que nos aguardava – ressaltou.

CPMF

Valter Pereira também classificou como proveitosa a reunião da bancada do PMDB que decidiu pelo apoio à prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), desde que haja redução da carga tributária. Ele assinalou que o líder do partido, senador Valdir Raupp (RO), “restabeleceu o clima cordial de diálogo que estava faltando à nossa bancada”.

– O governo precisa entender que a política não é a vontade de um, mas o consenso. O povo brasileiro não agüenta mais essa ganância do governo.

Flexa Ribeiro culpa Lula, Morales e Kirchner pela falta de gás no país

A falta de gás que se registra no país é fruto das trapalhadas dos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; da Argentina, Néstor Kirchner; e da Bolívia, Evo Morales. A afirmação foi feita ontem pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ao comentar o corte, pela Petrobras, no fornecimento do produto às distribuidoras do Rio de Janeiro e de São Paulo.

– O sinal é péssimo. Além de termos tido a confirmação de que não há gás suficiente para atender a toda a demanda nacional, estamos apreensivos com as declarações das autoridades do setor, que estão com medo de que falte energia elétrica no país, embora digam o contrário.

Assinalando que os especialistas discordam das previsões feitas pelo presidente Lula, segundo as quais o Brasil tem energia elétrica

garantida até 2012, Flexa Ribeiro lembrou que, ao assumir a Presidência da Argentina, Kirchner espantou os investidores privados do ramo energético e Lula gentilmente cedeu 2 milhões de metros cúbicos do gás boliviano que seria destinado ao Brasil.

– Para o Brasil, no curto prazo, o fundamental é garantir que recebamos os 30 milhões de metros cúbicos de gás que temos contratados com a Bolívia, já que até isso poderemos perder, dependendo das circunstâncias políticas do momento. Por isso que Morales e Lula já marcaram encontro para o dia 12 de dezembro – acrescentou.

Segundo Flexa Ribeiro, isso é o que se pode fazer a curto prazo, mas as demais soluções levarão um mínimo de dois anos para serem implementadas. Ele observou



Flexa Ribeiro afirma que autoridades temem falta de energia elétrica

que as alternativas são o Plangás, que pretende retirar gás das bacias de Santos, do Espírito Santo e de Campos, e a importação de gás natural liquefeito da África e do Oriente Médio.

– Se o abastecimento de gás natural é problemático, seguimos contando com a boa vontade de São Pedro, para que não nos falem chuvas. Assim não nos faltará também a energia elétrica, já que uma coisa leva a outra, e aqui, de novo, o governo Lula falhou e falhou feio – observou.

Mário Couto critica Ana Júlia e Lula por “descaso” com o Pará

O senador Mário Couto (PSDB-PA) criticou duramente o presidente Lula e a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), por não darem tratamento adequado aos problemas do estado. O parlamentar reclamou da falta de recursos e ações para o combate à malária na ilha de Marajó, enquanto o governo destina recursos a outros países, como Angola (R\$ 2 bilhões) e Bolívia (R\$ 20 milhões).

Mário Couto mencionou reportagem da TV Globo sobre paraenses que já tiveram até dez casos de malária – incluindo crianças de seis a 12 anos. Seu objetivo, disse, era questionar a destinação dos recursos da CPMF.

– Dizem que é para a saúde. Não é para a saúde coisíssima nenhuma. Em 2005, na cidade de Anajás, houve 11 mil casos de malária. Ou seja, 923 casos por mil habitantes. É estarrecedor! – observou.

O senador elogiou Kátia Abreu



Mário Couto reclama da falta de recursos para o combate à malária em Marajó

(DEM-TO), relatora da CPMF na CCJ, por sua posição contra a cobrança do imposto.

Mário Couto recebeu apoio de Kátia Abreu, Jayme Campos (DEM-MT), Mão Santa (PMDB-PI) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Já Eduardo Suplicy (PT-SP) prometeu conversar com a governadora sobre as críticas de Couto e disse que tem recomendado aos movimentos de trabalhadores sem-terra que só utilizem meios de luta pacíficos.

Suplicy diz que governadora vem dialogando com movimentos sociais

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, vem analisando as reivindicações apresentadas por movimentos de trabalhadores rurais no estado, conforme ela teria lhe assegurado ontem em conversa telefônica.

A explicação foi dada em resposta ao senador Mário Couto, que anteriormente havia criticado Ana Júlia Carepa da tribuna, com base em reportagem da revista *Veja* intitulada “Faroeste no Pará”.

A matéria denuncia que sem-terra e bandoleiros estariam saqueando e destruindo fazendas no sul do estado, sem a intervenção da governadora para impedir sua atuação.

– A governadora disse que tem procurado dialogar com movi-



Suplicy: governadora atende à Justiça “sem utilização de arma de fogo”

mentos sociais e o MST para avaliar reivindicações, de modo que a lei seja respeitada. Em relação à integração de áreas e fazendas, ela informou que inúmeras vezes tem atendido à Justiça diante de reintegração de posse, de maneira ordenada, sem utilização de arma de fogo – esclareceu.

País deve posicionar-se de forma responsável diante das questões envolvendo mudanças climáticas e produção de energias alternativas, afirma Renato Casagrande

Debate: como o Brasil pode deixar de ser o 4º maior poluidor?

Durante o Seminário *Consumo e Produção Sustentável de Energia Elétrica no Brasil*, realizado ontem, a analista em mudanças climáticas do Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil) Karen Suassuna informou que o Brasil é o quarto emissor mundial de gases do efeito estufa. Ela explicou que, do total emitido no país, 62% advêm das queimadas, 16% do setor energético e 22% da agricultura. O evento, que se realizou no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, foi promovido pela Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas.

De acordo com a especialista, essas informações constam do relatório *Agenda Elétrica Sustentável 2020* – um estudo elaborado pela WWF-Brasil. O documento aponta na conclusão a necessidade de o governo traçar um plano de eficiência energética e não tratar o tema como programa de menor importância, como vem ocorrendo.



Estratégias

Entre as estratégias sugeridas pela WWF-Brasil estão o estabelecimento de padrões de eficiência mais rigorosos para equipamentos e processos industriais e de serviços. Tais iniciativas, assinalou a especialista, podem contribuir para gerar 8 milhões de empregos e uma economia de R\$ 33 bilhões até 2020, além de estabilizar a emissão de carbono, um dos gases causadores do efeito estufa.

Em estudo similar, o Greenpeace apresentou um cenário até

2050, com ênfase na utilização de energia renovável e promoção de formas de energia limpa, que envolvam menores impactos ambientais. O coordenador de campanhas do Greenpeace Brasil, Ricardo Baitelo, afirmou que o ser humano é o maior responsável pelas mudanças climáticas ocorridas nos últimos 150 anos e apresentou sugestões da organização para combater o aquecimento global e evitar catástrofes ambientais: medidas contra o desmatamento e as queimadas, criação de áreas de proteção ambiental, preservação das florestas, diversificação da matriz energética.

Na opinião de Baitelo, é possível haver crescimento mundial com fontes renováveis de energia. Ele enfatizou que os governos precisam desvincular crescimento econômico do consumo de energia e combustíveis fósseis, e defendeu a substituição gradual das fontes que emitem gases do efeito estufa por energias renováveis, bem como o respeito aos limites naturais do meio ambiente.

Casagrande: país é protagonista no cenário mundial

O Brasil é protagonista no debate internacional sobre mudanças climáticas e geração de fontes energéticas alternativas e, portanto, deve posicionar-se de forma responsável perante os demais países, observou o senador Renato Casagrande (PSB-ES), relator da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, durante o seminário *Consumo e Produção Sustentável de Energia Elétrica no Brasil*.

O vice-presidente da comissão, senador Magno Malta (PR-ES), criticou a postura de muitos países de pensar apenas no crescimento econômico, sem preocupação com o meio ambiente. Ele disse que o relatório a ser apresentado por Casagrande constituirá a contribuição do Brasil à discussão mundial do assunto.

As conclusões do relatório da comissão serão respeitadas durante as negociações internacionais das quais o Brasil vier a fazer parte, assegurou o embaixador extraordinário do Brasil para Mudanças Climáticas, Sérgio Serra.



Casagrande (E), relator da comissão mista, destaca responsabilidade do Brasil

Essa postura é adotada também pelo governo, ressaltou a secretária nacional de Mudanças Climáticas, Thelma Krug. Ao contrário do que afirma a Convenção das Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU) – que os países em desenvolvimento tendem a aumentar suas emissões de gases do efeito estufa enquanto os desenvolvidos, a diminuir –, o governo brasileiro entende que o processo de desenvolvimento não precisa ocorrer com dano ao meio ambiente, observou a secretária.

Congresso

O presidente da comissão, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), sugeriu aos parlamentares que apresentem emendas orçamentárias – a serem discutidas no Congresso a partir da próxima semana – destinadas a projetos ambientais.

Na opinião da secretária-geral do WWF-Brasil, Denise Hamu, houve avanço na pauta do governo e do Congresso, com a inclusão das questões ambientais. Segundo ela, as mudanças climáticas já podem ser percebidas “a olho nu”.

Especialistas defendem fontes alternativas de energia

O seminário *Consumo e Produção Sustentável de Energia Elétrica no Brasil*, promovido ontem pela Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, debateu formas alternativas de geração de energia no Brasil, por meio de fontes como a energia solar, a biomassa de cana-de-açúcar e a energia eólica. Também foram discutidas maneiras de aumentar a eficiência da malha energética nacional.

Carlos Silvestrin, vice-presidente executivo da Associação Paulista de Cogeração de Energia, falou sobre a utilização da biomassa de cana-de-açúcar, gerada pela queima do bagaço da cana. Segundo ele, essa fonte de energia pode atuar de maneira complementar a outras fontes no país.

– É uma energia de mercado e não uma energia alternativa

– disse Silvestrin, ao citar números que mostram que a participação atual da bioeletricidade na matriz energética do país é de 3% do total.

O chefe do departamento de Meio Ambiente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eduardo Bandeira Mello, que participou do painel Eficiência Energética, apresentou o Programa de Apoio a Projetos de Eficiência Energética, que, segundo ele, vai financiar ações que contribuam para a economia de energia, por meio da utilização de tecnologias mais eficientes. Maria Cecília Amaral, diretora-executiva da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco), mencionou o trabalho realizado por empresas que apresentam projetos para uso racional de energia.



Seminário foi promovido pela Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas

Servidores participam de evento sobre serviços de informática

A Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle (TIControl) – grupo fundado em 2006 destinado a contribuir para a melhoria dos resultados do sistema de controle na esfera federal por meio da aplicação de tecnologia da informação – promoveu, na última terça-feira, no auditório do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o 2º Workshop de Contratação de Serviços de Informática.

Estiveram presentes ao evento cerca de 290 servidores públicos das áreas de tecnologia da informação, de licitações, de contratos, de consultoria jurídica e de controle interno dos órgãos-membros da TIControl – Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do

Trabalho, Conselho da Justiça Federal, Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República, Controladoria Geral da União, Ministério da Justiça, Receita Federal, Advocacia Geral da União e Banco Central.

Os 44 servidores do Senado que compareceram ao *workshop* – a maioria deles da Secretaria Especial de Informática (Prodasen) – puderam acompanhar palestras sobre o contexto legal da contratação de serviços de tecnologia da informação no serviço público, o planejamento e a gestão de contratações nessa área, bem como tópicos em governança de tecnologia da informação com base na literatura técnica e segundo o marco legal e jurisprudencial brasileiro sobre o tema.

Durante o evento, foi lançado o *site* oficial da comunidade (www.ti.control.gov.br).

Diante da falta de apenas três adesões para a criação de comissão, Alvaro Dias acusa parlamentares de terem se submetido a indevidas pressões de cartolas e dirigentes da CBF

Deputados retiram assinaturas e CPI Mista do Futebol é arquivada

A ausência de três assinaturas de deputados impediu que o Congresso criasse ontem uma comissão parlamentar mista de inquérito para o futebol, destinada a investigar denúncias de evasão de divisas, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e crimes contra a ordem tributária nos clubes. Na Câmara, foram registradas 168 assinaturas, quando o número mínimo era de 171. Já no Senado, 39 parlamentares subscreveram a criação da CPI, mas bastariam apenas 27 senadores.

No último dia 30, o deputado Sílvio Torres (PSDB-SP), que, na Câmara, recolheu assinaturas para a criação da CPI, entregou à Mesa do Congresso requerimento contendo a rubrica de 209 deputados, mas houve, depois,



Alvaro Dias contesta afirmações de que CPI poderia prejudicar a Copa de 2014

retirada de nomes. Com isso, o requerimento para instituir a CPI do Futebol foi lido na sessão do Congresso de ontem, mas acabou arquivado.

— A CPI não foi criada em virtude de alguns parlamentares terem se submetido a indevidas pressões

de cartolas e de dirigentes da CBF [Confederação Brasileira de Futebol] — protestou Alvaro Dias (PSDB-PR), responsável pela coleta de assinaturas no Senado.

Para Alvaro, “o Congresso se amesquinhou ao fechar os olhos para a corrupção no futebol”. Ele também contestou afirmações de que a CPI poderia prejudicar a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

A proposta de criação da comissão mista ganhou força após vir à tona o escândalo envolvendo a parceria entre a Media Sports Investment (MSI), do empresário iraniano Kia Joorabchian, com o Corinthians Paulista. Gravações telefônicas da Polícia Federal revelaram indícios de prática de lavagem de dinheiro.



Em seminário que discutiu políticas públicas para educação no campo, membros dos Ceffas destacam compromisso com realidade local

Programa de educação no campo pede mais recursos

Para reivindicar mais investimentos para o Programa Nacional de Educação para a Agricultura Familiar, integrantes dos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffas) realizaram ontem uma audiência, no Auditório Petrônio Portela, no Senado.

Segundo os agricultores, é necessária a inclusão dessa modalidade de educação nos fundos públicos de financiamento para evitar a evasão dos jovens do meio rural brasileiro. O programa de educação para a agricultura familiar foi elaborado pelos Ceffas e os seus integrantes objetivam conseguir o apoio dos Poderes Executivo e Legislativo.

Participaram da reunião parlamentares e representantes dos

ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Educação; e do Desenvolvimento Agrário. Também estiveram presentes integrantes das embaixadas da França e da Argentina.

Os Ceffas, conhecidos também como Casas Familiares Rurais e Escolas Família Agrícola, tiveram origem na França, em 1935, por iniciativa de um grupo de agricultores familiares. No Brasil, o sistema teve seu início no Espírito Santo, em 1969, com o objetivo de se pensar uma proposta educacional adequada à vida rural, em oposição à educação convencional. Esses núcleos valorizam a adequação à realidade local por meio da pedagogia por alternância, na qual rapazes e moças

passam um período nos núcleos, discutindo projetos e sua realidade rural; e, no outro, na propriedade da família, debatem os conteúdos desenvolvidos na escola e formas de adaptá-los às necessidades do dia-a-dia.

Nos 21 centros existentes hoje no país, os alunos podem obter especialização e assistência técnica voltada à agricultura familiar. De acordo com as instituições que adotam a pedagogia da alternância, 85% dos egressos continuam no meio rural de origem, trabalhando no campo com suas famílias. Para os Ceffas, a manutenção e a criação de novos centros possibilitam a permanência dos jovens no campo e estimulam uma formação empreendedora.



Pedro Simon autografa livro em que aborda contraste entre classes sociais

Simon e Paim lançam livros na 53ª Feira do Livro de Porto Alegre

Dois senadores participam da 53ª Feira do Livro de Porto Alegre. Em *Dois Mundos, em Busca de Valores e Referências*, lançado ontem, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) trata do contraste existente entre os excluídos e as pessoas de maior poder aquisitivo. Já o senador Paulo Paim (PT-RS), que lança seu livro amanhã, analisa as personalidades que ajudaram na formação do Rio Grande do Sul e discute propostas para o estado em *Pátria Somos Nós*.

Em sua obra, Simon sustenta que “a família, a escola e a religião foram substituídas pela tele-

visão, pelo consumismo estéril e pelo individualismo competitivo, marcas de um tempo em que o liberalismo desenfreado acabou com a solidariedade, a cooperação e o convívio humano”, o que autoriza “previsões sombrias que dão conta de um verdadeiro caos social”.

Na avaliação de Paulo Paim, *Pátria Somos Nós*, que tem prefácio do vice-presidente da República, José Alencar, também é uma homenagem a todos os “irmãos federados que integram a nossa pátria maior chamada Brasil”.

Borges reclama de críticas na BA sobre governos anteriores

“Não é olhando no retrovisor e tentando desfazer o que foi feito que vamos avançar.” A declaração foi feita pelo senador César Borges (PR-BA) que, da tribuna do Plenário, expressou sua revolta com propaganda veiculada pelo PT, acusando as administrações anteriores no governo da Bahia de não investir e deixar de promover ações em benefício do estado.

César Borges disse que não aceita a mistificação de se dizer que a Bahia não avançou nos últimos anos e opinou que reconhecer o que foi feito é um bom caminho para o desenvolvimento do estado.



Propaganda veiculada pelo PT na Bahia provoca revolta de César Borges

Jayme Campos condena insegurança em aeroportos

Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que o caso do menino de 11 anos que viajou de avião sozinho, sem passagem nem documentos, de Mato Grosso até São Paulo, para escapar do castigo dos pais em virtude de uma briga na escola, demonstra a fragilidade da segurança do sistema aeroportuário brasileiro.

O senador criticou “o despreparo das autoridades para gerir segmento tão competitivo e sofisticado” e cobrou providências das autoridades responsáveis pelo sistema aeroviário do país para melhorar a segurança “irresponsável e ineficiente” dos aeroportos.



Campos: caso do menino que viajou de avião sozinho demonstra fragilidade